

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.496 - SP (2019/0274476-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : RAFAEL ALVIM SOARES (PRESO)**  
**ADVOGADOS : LEANDRO DE OLIVEIRA - SP267687**  
**RICARDO DE ASSIS SOUZA CORDEIRO - SP292468**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

*APELAÇÃO - Tráfico de entorpecentes - Materialidade e autoria comprovadas - Pedido de absolvição Impossibilidade uma vez que as condutas dos acusados se amoldam ao art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 - Réus, porém, que na sentença foram absolvidos da imputação de estarem incursos no art. 35, caput, da Lei de Drogas - Existência, entretanto, de provas de materialidade e autoria, ainda, quanto à prática do delito de associação para o tráfico - Absolvição indevida, ora se impondo solução condenatória também acerca disto - Reconhecimento da atenuante da menoridade relativa que se impõe com relação ao corréu Marlon - Incabível, quanto ao delito de tráfico, a aplicação do benefício contido no art.33, parágrafo 4º, da lei de regência, em face da clara dedicação dos réus às atividades criminosas correspondentes à traficância - Incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, inciso V, aqui reconhecida, dadas as circunstâncias do caso concreto - Regime prisional inicial fechado, ante as peculiaridades do caso concreto e o princípio da suficiência da pena - Negado provimento aos recursos dos réus Rafael, Darlan, Esveraldo, Jeferson, Wellington e Wagner, recurso do réu Marlon parcialmente provido para reconhecer a presença da atenuante da menoridade relativa e recurso ministerial provido para se aplicar a causa de aumento do art. 40, V, da Lei de Drogas e para condenar todos os réus como incursos no art 35, caput, da Lei nº 11.343/2006 (fl. 2.150).*

Os embargos de declaração opostos pelos corréus foram rejeitados (fls. 2.213-2.220 e 2.258-2.264) e não conhecidos (fls. 2.237-2.246).

Na sequência, a defesa interpôs recurso especial, no qual alega dissídio jurisprudencial quanto à interpretação do art. 35 da Lei n. 11.343/2006 e violação do art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

387, § 2º, do Código de Processo Penal - CPP.

Sustenta a inexistência de provas, pois "[...] *um eventual encontro de duas ou mais pessoas para praticar o crime de tráfico, sem animus associativo estável e permanente, não se traduz no crime de associação para o tráfico, pois, de acordo com a doutrina e jurisprudência - inclusive deste próprio Superior Tribunal de Justiça - para restar configurada a conduta tipificada no art. 35, da Lei nº. 11.343/2006, o referido animus se faz necessário*" (fl. 2.279).

Assevera que é obrigatória a aplicação do art. 387, § 2º, do CPP, devendo ser computado o tempo de prisão provisória.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a incidência da Súmula n. 7 desta Corte e por não demonstrada a divergência nos moldes legais.

Contraminuta às fls. 2.617-2.625. O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 2.640-2.642).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacados os fundamentos da decisão agravada.

O recurso não merece provimento.

No que concerne às provas do crime de associação para o tráfico, o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de reconhecer a ausência de ânimo associativo, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, por demandar profundo revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que não se viabiliza em recurso especial. Nessa linha:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INOCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENTORPECENTES PROVENIENTES DO PARAGUAI. NATUREZA ABSOLUTA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE FATOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. "O magistrado não está vinculado a todos os pontos de discussão apresentados pelas partes, de modo que a insatisfação com o resultado trazido na decisão não significa prestação jurisdicional*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*insuficiente ou viciada pelos vetores contidos nos arts. 381, III, e 619, ambos do CPP" (AgRg no AREsp 275.141/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/11/2015).*

*2. "Na hipótese, a competência da Justiça Federal foi determinada em razão da natureza transnacional do crime, constatada pelas instâncias ordinárias a partir da análise dos elementos carreados aos autos. Assim, desconstituir tal conclusão demandaria inevitavelmente o reexame do quadro fático-probatório, sendo, todavia, vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ)." (AgRg no REsp 1.407.458/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 27/03/2018)*

*3. A pretensão de absolvição pelos delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, este último sob a alegação de falta de comprovação da estabilidade e permanência entre os réus, demanda, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, providência inviável em recurso especial (Súm. 7/STJ).*

*4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1.395.919/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 1º/3/2019).*

Quanto ao regime, não há violação do art. 387 do CPP, pois ainda que descontado o período de prisão cautelar da pena privativa de liberdade imposta, não haveria alteração do regime inicial fixado, tendo em vista tratar-se de réu reincidente (fl. 2.182). Nesse sentido: REsp 1.791.433/SP, por mim relatado, QUINTA TURMA, DJe 14/5/2019.

Pelo mesmo motivo, inviabilizado o recurso pela alínea "c".

Ante o exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator